

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ANA CLÁUDIA SILVA GOMES ARAÚJO
ROSENILDA RODRIGUES DE FARIAS

**A INSERÇÃO DOS ALUNOS ADVINDOS DA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB**

JOÃO PESSOA

2013.2

ANA CLÁUDIA SILVA GOMES ARAÚJO
ROSENILDA RODRIGUES DE FARIAS

**A INSERÇÃO DOS ALUNOS ADVINDOS DA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado
ao curso de Pedagogia do Centro de Educação, para
obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia,
pela Universidade Federal da Paraíba, com
habilitação em Educação de Jovens e Adultos.

Orientador: Prof. Dr.º Timothy Ireland.

JOÃO PESSOA

2013.2

A663i Araújo, Ana Cláudia Silva Gomes.

A inserção dos alunos advindos da educação de jovens e adultos no curso de Pedagogia da UFPB / Ana Cláudia Silva Gomes Araújo, Rosenilda Rodrigues de Farias. – João Pessoa: UFPB, 2013.
50f.

Orientador: Timothy Ireland
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Educação de jovens e adultos. 2. Ensino superior. 3.
Pedagogia. I. Farias, Rosenilda Rodrigues de. II. Título.

ANA CLÁUDIA SILVA GOMES ARAÚJO
ROSENILDA RODRIGUES DE FARIAS

A INSERÇÃO DOS ALUNOS ADVINDOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado
ao curso de Pedagogia do Centro de Educação, para
obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia,
pela Universidade Federal da Paraíba, com
habilitação em Educação de Jovens e Adultos.

Orientador: Prof. Dr.º Timothy Ireland.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em ____/____/____ para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Timothy Denis Ireland
Orientador – CE/UFPB

Prof^ª. Ms.^a Laura Maria de Brito
Examinador UFPB

Prof^ª. Dr.^a Adriana Valéria Santos Diniz
Examinadora UFPB

Dedico aos meus pais (Martinho e Miriam), aos meus irmãos (Márcio, Rodrigo e Carol), aos meus filhos (Lívia e Danilo) e ao meu esposo (Nilo).
(A.C.S.G.A)

Dedico a Deus, aos meus pais (Maria Martiniano e Manoel Francelino), aos meus irmãos e ao meu esposo, (Alexandre). **(R.R.F)**

AGRADECIMENTOS

Ana Cláudia Silva Gomes Araújo

Agradeço a Deus por iluminar minha vida em todos os momentos, me dando força e coragem para enfrentar e vencer todos os obstáculos.

Ao Professor e orientador Dr. Timothy Ireland, que com sua grande experiência contribuiu bastante para minha formação, tanto pessoal como profissional, possibilitando-me grandes experiências acadêmicas que vou levar por toda a vida. Agradeço pelo apoio, pelos conselhos, pela paciência e pelo incentivo, de que tudo iria dar certo, pela orientação neste trabalho que sem dúvidas faz parte de uma etapa muito importante em minha vida.

Aos meus pais que são meu “porto seguro”, que me apoiaram em todos os momentos da minha existência. Agradeço toda a paciência, amor e carinho. Toda essa vitória eu devo a vocês que são tudo para mim.

Aos meus dois filhos lindos, Livia e Danilo que são os presentes mais valiosos da minha vida, a base de todo amor que uma mãe pode ter. Ao meu esposo Nilo, por toda dedicação e paciência nesta difícil caminhada, pelo apoio em todos os momentos e, principalmente, pelo amor que sentimos um pelo outro.

A toda minha família, em especial a minha avó Marluce, que sempre me deu apoio, ajudando-me em todos os sentidos.

Aos meus irmãos, em especial, a Carol com seu amor e dedicação, me ajudou a sempre seguir em frente e nunca desistir.

À Rosenilda, um presente que Deus colocou em minha vida, amiga e parceira nesta dura caminhada. Espero que nossa amizade ultrapasse os limites do TCC. Muito obrigada e sucesso para nós!

Enfim, agradeço a todos que torcem por mim.

AGRADECIMENTOS

Rosenilda Rodrigues de Farias

Agradeço a Deus por estar ao meu lado em todos os momentos, me fortalecendo e me fazendo superar as turbulências.

Ao professor e Doutor Timothy Ireland, que desde o primeiro instante se prontificou a me guiar nessa trajetória de execução deste trabalho, sempre com tamanha paciência, mostrando e orientando, nos passos que me levaria até aqui, a conclusão deste trabalho. E, que sou muito grata por tudo, pelo profissional exemplar, pelo professor atencioso, pelo orientador maravilhoso que foi para mim.

Aos meus queridos pais, que me deram desde pequena um suporte para que eu chegasse a me formar, que fizeram de um tudo para que eu nunca deixasse meus estudos, visando um dia ter uma filha formada. Pelas vezes que me deixaram ficar em casa quando deveria ir ajudá-los no trabalho, para que eu estudasse. Sou grata a eles por tudo que fizeram, e que mesmo depois de casada continuaram me apoiando, me dando força, para que eu não fraquejasse nesse caminho longo, visando minha formação acadêmica.

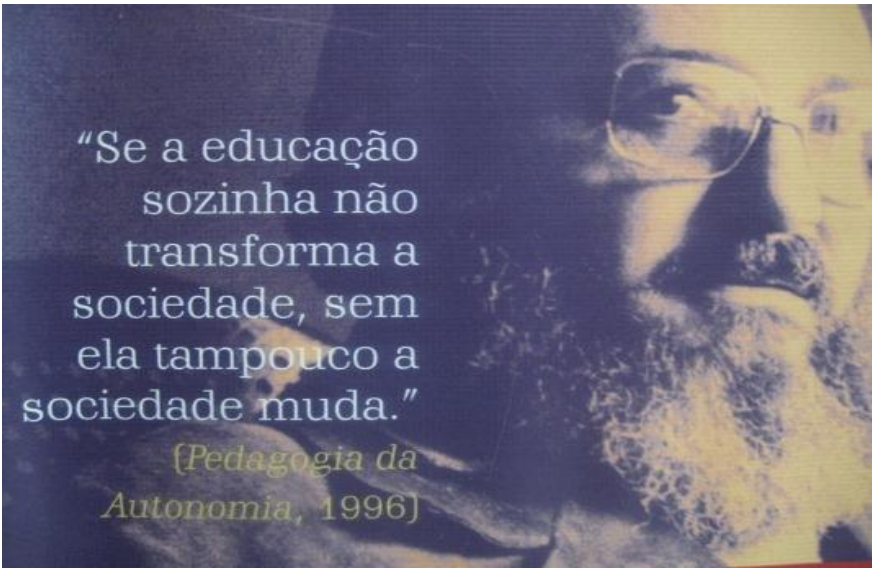
Ao meu esposo Alexandre, que suportou com paciência todas as minhas inquietações e tanto stress no dia a dia, que com carinho segurou na minha mão e enxugou minhas lágrimas nas horas difíceis e, também, a todos de minha família.

Aos meus irmãos, que são tantos, e para não deixar de mencionar todos os 12, agradeço de uma forma geral a cada um deles pelo apoio.

A todos os meus amigos, que estiveram ao meu lado e me ajudaram diretamente e indiretamente, tendo paciência, nas horas de angústias e aflições, em especial a Wilma Martins e Queli Rodrigues, que tanto seguraram na minha mão, e foram de fato um porto seguro nas aflições da vida acadêmica. Meu muito obrigada a elas.

À Ana Cláudia, meu muito obrigado por ter aparecido em meu caminho como uma parceira, companheira, e uma amiga implacável nessa caminhada difícil que passamos juntas, e que dure para sempre esse laço de amizade.

Enfim, agradeço a todos que estiveram ao meu lado durante esses quatro anos de luta e aprendizagem.



"Se a educação
sozinha não
transforma a
sociedade, sem
ela tampouco a
sociedade muda."

*(Pedagogia da
Autonomia, 1996)*

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise a respeito da inserção dos alunos advindos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino Superior, especificamente no Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Objetivou-se neste trabalho conhecer o perfil desses alunos, buscando compreender as trajetórias históricas desses sujeitos que possuem marcas da exclusão social. Tendo em vista tais objetivos, torna-se oportuno analisar a expansão de Ensino Superior e as políticas públicas de acesso e permanência do ensino superior, propostas no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Analisando essas políticas torna-se possível a compreensão a respeito das contribuições que elas possibilitaram no sistema educacional e na sociedade. Assim, é pertinente a análise acerca dessas ações na UFPB, visando compreender as modificações que elas possibilitaram na vida desses indivíduos, tornando-os capazes de ultrapassar os limites da exclusão social e ingressar no ensino superior. Diante disso, torna-se necessário uma análise acerca da trajetória histórica da UFPB, ressaltando as contribuições que as políticas implantadas possibilitaram aos sujeitos para conclusão do curso, da trajetória do Curso de Pedagogia no Brasil e na UFPB, e da sua estrutura atual. Enfim, a apresentação dos resultados da pesquisa realizada com os alunos advindos da EJA, no curso de Pedagogia da UFPB, Campus I, João Pessoa.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação Superior. Pedagogia.

ABSTRACT

This paper presents an analysis regarding the inclusion of students coming of Education Youth and Adults (EJA) in higher education, specifically in the School of Education of the Federal University of Paraíba (UFPB). The objective of this work was to know the profile of those students seeking to understand the historical trajectories of these subjects that have marks of social exclusion. Considering these objectives, it is timely to examine the expansion of higher education and public policy access and retention in higher education proposed in the Government Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Analyzing these policies it is possible to understand the of the contributions that they made possible the educational system and in society. Thus, it is pertinent to review about these actions in UFPB, aiming to understand the changes that they made possible the lives of these individuals, making them able to push the boundaries of social exclusion and enter higher education. Therefore, it is appropriate to an analysis on the historical trajectory of UFPB, highlighting the work that implemented policies enabled the subject to completion of the course, the trajectory of the School of Education in Brazil and UFPB, and its present structure. Finally, the presentation of results of research conducted with students coming from the EJA in the course of Pedagogy UFPB, Campus I, João Pessoa.

Keywords: youth and adult education. Higher Education. Pedagogy.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Motivações para ingresso ao Ensino Superior	41
QUADRO 02 - Dificuldades dos alunos da EJA no curso de Pedagogia da UFPB	41
QUADRO 03 - Motivação e escolha dos alunos da EJA pelo curso de Pedagogia na UFPB ..	42
QUADRO 04 - Benefícios do curso de Pedagogia para os alunos oriundos da EJA na UFPB	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

BM - Banco Mundial

BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico-Social

CBE - Conferência Brasileira de Educação

CONARCFE - Comitê em Comissão Nacional de Reformulação dos cursos de Formação de Educadores

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FAFI - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Paraíba

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

ORUS - Observatório Internacional das Reformas Universitárias

PPP - Projeto Político Pedagógico

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PT - Partido dos Trabalhadores

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SISUTEC - Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NO GOVERNO LULA (2003-2010).....	15
1.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA (2003-2010).....	18
2 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	20
2.1 A HISTÓRIA DA UFPB E APÓS O DESMEMBRAMENTO	21
3 O IMPACTO DO REUNI SOBRE A UFPB	24
4 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA	28
4.1 BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CURSO DE PEDAGOGIA NA UFPB	32
5 A ESTRUTURA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB	35
5.1 O PERFIL DOS ALUNOS ADVINDOS DA EJA NO CURSO DE PEDAGOGIA NA UFPB	36
5.2 ANÁLISES DOS SUJEITOS ADVINDOS DA EJA NO CURSO DE PEDAGOGIA: RELATOS DOS PESQUISADOS	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE	48
APÊNDICE A - Questionário.....	48

INTRODUÇÃO

Os Estudos acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Superior no Brasil e na Paraíba constituem-se uma ampla área de investigação, devido às constantes transformações que vêm ocorrendo nos últimos anos. A partir de então, buscando atender os novos interesses da sociedade atual, a EJA passou a ser planejada de acordo com suas especificidades educacionais.

Nessa perspectiva, as escolas teriam que passar por um processo de reestruturação, porque a maioria dos materiais e livros didáticos existentes são específicos para a educação infantil. Outra modificação necessária seria no currículo, uma vez que os alunos da EJA mesmo sendo analfabetos, possuem uma carga de conhecimentos adquiridos ao longo da vida que, devem ser considerados em todos os momentos do seu processo educacional.

Este trabalho emerge dos estudos iniciados na disciplina Educação de Jovens e Adultos, ministrada pelo professor Dr. Timothy Ireland, o qual apresentou à EJA de forma objetiva e abrangente, despertando um interesse de aprender cada vez mais sobre esta modalidade de ensino, tão importante para nossa formação, tanto pessoal como profissional.

Então, a partir dessa questão, buscamos desenvolver uma análise a respeito da inserção dos alunos oriundos da EJA no curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, com o objetivo de compreendermos quais as dificuldades, os desafios, os limites e as possibilidades que esses sujeitos vivenciam nessa trajetória fundamental em suas vidas.

A pesquisa que originou esse trabalho foi realizada nas turmas concluintes do curso de Pedagogia, do período 2013.1, nos três turnos, manhã, tarde e noite, através da aplicação de questionários. A partir desses dados, foi possível saber o número de alunos advindos da EJA neste curso.

Devido ao baixo número de alunos, surgiu a seguinte indagação: Os alunos advindos da EJA conseguem vencer a exclusão social e ingressar no Ensino Superior?

Buscando responder essa problemática, continuamos a nossa pesquisa com o objetivo de analisar a inserção desses indivíduos neste curso, de modo que possamos compreender as trajetórias históricas desses sujeitos, suas motivações, seus medos e desafios durante seu processo educacional e no ensino superior.

Sendo assim, nossa pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem exploratória, a qual proporciona uma maior familiaridade com a temática, visando torná-la explícita,

envolvendo entrevistas com sujeitos que tiveram experiências práticas com a temática pesquisada.

Diante de todos esses aspectos, nosso trabalho apresenta-se dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma breve trajetória a respeito da Expansão do Ensino Superior no Brasil, no Governo de Luíz Inácio Lula da Silva (Lula), ressaltando as políticas públicas de acesso e permanência na Educação Superior, estabelecidas nesse período.

No segundo, buscamos esclarecer e apresentar um breve contexto histórico da Universidade Federal da Paraíba-UFPB e sua estrutura, após o desmembramento ocorrido em 1960.

No terceiro, apresentaremos o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), enfatizando o grande impacto que este programa causou na UFPB.

No quarto capítulo, busca-se esclarecer brevemente a trajetória histórica sobre o curso de Pedagogia no Brasil e na UFPB, ressaltando a estrutura atual deste curso na Universidade em questão.

Por fim, no quinto capítulo, apresentaremos o perfil dos alunos advindos da EJA que ingressaram no curso de Pedagogia, apresentando os dados obtidos através dos questionários aplicados, bem como um pouco da trajetória histórica desses indivíduos que buscam vencer as barreiras que a exclusão social proporciona.

1 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NO GOVERNO LULA (2003-2010)

A expansão do ensino superior no Brasil, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, teve início oficialmente com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu em seu Art. 1º:

Fica instituído o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de, no prazo de sessenta dias a contar da publicação deste Decreto, analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) foi formado por doze membros, sendo dois representantes de cada órgão a seguir: Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Casa Civil, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Ciência e Tecnologia. Portanto, em dezembro deste mesmo ano, foi divulgado também oficialmente, seu documento final, composto por quatro partes, dando ênfase à Reforma Universitária, às ações emergenciais, ao financiamento e a complementação dos recursos.

O documento inicia apresentando à crise da educação superior brasileira, principalmente das Universidades Federais, responsabilizando o Estado, e não deixando de reconhecer que a crise, também, estava afetando as Instituições privadas, as quais nos últimos anos tiveram uma considerável expansão. Nos dias atuais, estas instituições privadas, estão enfrentando problemas com relação a uma grande suspeita, a respeito de sua credibilidade e da validade de seus diplomas. Após essas problemáticas, o documento sugere possíveis soluções, dentre elas: a Reforma Universitária e programas emergenciais para apoiar o ensino superior, principalmente às Instituições Federais.

Para o GTI, a ampliação de vagas para os alunos, um novo quadro de docentes e a autonomia universitária, seriam de suma importância para resolver alguns problemas existentes nas universidades federais. Tomando como referência a ideia que este documento norteou os demais que buscavam a expansão do ensino superior, e por sua vez, conduziram as medidas legais, implantadas oficialmente, podemos analisar alguns de seus princípios. O primeiro refere-se às ações emergenciais para enfrentar a situação crítica das universidades

federais. Nos últimos anos, o setor público no Brasil foi desordenado e as universidades foram diretamente atingidas, ou seja, encontram-se numa situação de crise. As instituições públicas sofreram as consequências da crise do Estado, afetando seus investimentos e manutenção.

Nessa perspectiva, segundo o Decreto de 20/10/03 as universidades privadas conquistaram uma significativa expansão no ano de 2002, com 70% das matrículas, mas atualmente encontra-se com um alto índice de inadimplência dos alunos e com sua credibilidade abalada. Essas duas problemáticas de uma mesma realidade sugerem possíveis soluções estruturais, por exemplo: a criação de programas emergenciais que ofereçam suporte ao ensino superior, priorizando as instituições federais e a realização de uma reforma universitária mais abrangente.

Outro aspecto relevante seria a ampliação do quadro docente e do número de vagas para alunos de graduação nas instituições federais, que segundo o documento proposto pelo GTI, torna-se necessária a elaboração de concursos para professores e servidores, e também a criação de bolsas da CAPES, visando aproveitar os professores recém-doutores e os aposentados no ensino superior. Mas para o GTI, as universidades públicas no Brasil, mesmo com seus recursos ampliados, não poderiam aumentar a oferta de ensino em pouco tempo. Assim, surgiu a proposta da Educação à distância, que foi defendida pelo primeiro ministro da educação do governo Lula, Cristovam Buarque, em seu documento “Universidade numa encruzilhada”. Segundo o autor, esta modalidade de ensino seria uma universidade sem muros, ou seja, sem limites pré-definidos.

Contudo, infelizmente no Brasil, esta modalidade ainda é vista como um ensino sem qualidade e credibilidade. Desta forma, podemos perceber o quanto é importante acabar com este conceito conservador, que resulta no desinteresse dos órgãos públicos no que diz respeito ao ensino à distância. Analisando esse discurso, podemos entender que o ex-ministro Cristovam Buarque acreditava na educação à distância como uma maneira de modernizar as universidades brasileiras.

Vale ressaltar que Cristovam Buarque é membro do Observatório Internacional das Reformas Universitárias (ORUS), uma ONG francesa dirigida por Edgar Morin, que atuou diretamente com o governo Lula, para definir as diretrizes da reforma universitária, patrocinada pelo Banco Mundial (BM), com o objetivo de adequar à educação no Brasil às novas tecnologias.

A autonomia universitária seria, também, outra ação emergencial proposta no relatório do GTI, posto que “a imediata garantia de autonomia às universidades é um passo necessário para enfrentar a emergência”. (BRASIL, Decreto 20 de outubro de 2003).

Esse discurso aparenta ser o que as instituições desejam, mas podemos perceber que a autonomia proposta, enfatiza a autonomia financeira, resultando no alívio financeiro para o Estado, que por sua vez, seria obrigado a complementar tais recursos e não mais “manter” as instituições públicas.

Esta ideia de autonomia financeira, proposta pelo GTI, surgiu através dos documentos do Banco Mundial, tendo como referencial o documento de 1994, no qual o BM considerava o ensino superior brasileiro uma área educacional privilegiada, devido aos recursos a ela destinados, propondo uma grande reforma. Neste, e nos demais documentos, segundo Otranto (2000, p.48):

O Banco Mundial associa de forma bastante explícita o conceito de autonomia universitária à lógica empresarial; [...] a necessidade do Estado retirar-se quase por completo da administração e manutenção do Ensino Superior; o incentivo à privatização; [...] justificando dessa forma o ensino pago, o BM reivindica maior autonomia para as instituições públicas.

É com base nesta visão de autonomia universitária que as propostas do governo Lula se fundamentam, ou seja, em uma concepção baseada na norma da Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 207 garante que, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”.

Esta autonomia financeira é entendida como uma maneira destas instituições receberem recursos do mercado e a autonomia de gestão financeira e patrimonial refere-se à liberdade, para que cada uma possa elaborar propostas e executá-las, de acordo com suas especificidades.

Nesta perspectiva, podemos compreender que a expansão do ensino superior no Brasil, terá de enfrentar grandes desafios, principalmente considerando as especificidades do nosso país, sendo estas marcadas pelas desigualdades sociais. Esta reforma deverá ser efetivada democraticamente, segundo o Decreto de 20 de outubro de 2003, o qual estabelece que, “Todos os passos da reforma universitária brasileira serão realizados em diálogo com a comunidade acadêmica e em estreito comprometimento com o futuro da nação”.

Nesse sentido, podemos entender que todos os aspectos que norteiam a expansão do ensino superior no governo Lula estão presentes no documento elaborado pelo GTI, que aos poucos foi direcionando as medidas legais implantadas de acordo com os interesses

governamentais. As principais medidas implantadas foram o PROUNI, o REUNI, o SINAES, a Lei de Inovação Tecnológica, o Decreto que normatiza a Educação à distância, entre outras.

1.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA (2003-2010)

De acordo com os princípios apontados anteriormente, podemos dizer que o período de 2003 a 2010, no Brasil, foi marcado pelo mandato do presidente Lula, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), o qual permaneceu na presidência por dois mandatos consecutivos.

Durante o seu governo, as principais ações voltadas para a Educação Superior que garantisse o acesso e a permanência dos alunos, tanto no setor público quanto no privado, tinham como objetivo a democratização do ensino, através de políticas públicas, que aos poucos foram sendo consolidadas durante seu mandato.

No ano de 2005, foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que tem como objetivo ofertar bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes de graduação e de cursos de formação específica, em universidades particulares. A forma de ingresso no PROUNI é através da nota obtida pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Nesse sentido, as políticas públicas que buscam atender às demandas sociais ocasionadas pela falta de vagas na educação superior, têm seguido duas linhas: a primeira seria a expansão das universidades privadas e a oferta de bolsas de estudos para alunos de baixa renda através do FIES, e a segunda através de empréstimos com pequenos juros oferecidos pelo Banco de Desenvolvimento Econômico-Social (BNDES) e o PROUNI, dentre outros.

Dando ênfase aos programas de expansão do ensino superior, destacamos o Programa Expandir e o REUNI. O Programa Expandir tinha o objetivo de incentivar a expansão do ensino superior, por meio da criação de novas instituições. A partir da ampliação do acesso através dessas políticas, surgiu a necessidade de expandir as universidades federais, criando-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, em seu Art. 1º:

Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, com o objetivo de criar condições

para a ampliação de acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

Outra mudança relevante foi instituída pelo Ministério da Educação, em 08 de abril de 2009, referindo-se ao ENEM e ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), que por sua vez alterou o padrão do ENEM, passando a ser chamado de Novo ENEM. Esta proposta tem como objetivo principal a democratização do acesso às instituições federais de educação superior, possibilitando a reestruturação dos currículos do ensino médio.

Desde o início de 2011, nosso país está sendo dirigido pela presidenta Dilma Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores, que ao longo de seu mandato vem demonstrando apoio e dando continuidade às ações do governo Lula.

Nessa perspectiva, podemos ressaltar as principais ações educacionais neste período, a saber: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído pela Lei nº 12.513 de 2011, que em seu Art. 1º:

É instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Nesse contexto, destacamos também que o Governo Federal criou no ano de 2013, o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC), propondo que as instituições públicas e privadas de educação superior, profissional e tecnológica possam oferecer aos alunos participantes do ENEM, vagas gratuitas para cursos técnicos.

Portanto, todos os elementos destacados neste tópico, nos permitem a compreensão a respeito dos principais aspectos das políticas públicas para a expansão do ensino superior, abrangendo os dois setores, o público e o privado. Desse modo, podemos entender que todas essas questões apresentadas são de suma importância para compreendermos a influência que, tais políticas representam para a Universidade Federal da Paraíba, na qual estão inseridos os sujeitos do nosso estudo.

2 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Na educação superior, a UFPB foi fundada como uma instituição que abrangia áreas, as quais não eram contempladas pela primeira escola técnica de ensino superior - a escola de agronomia - implantada em 1934, criada e voltada para a indústria na década de 30. Com isso, a UFPB assumiu no decorrer desse tempo, outra visão de abrangência nos cursos oferecidos, no tempo de sua fundação. (FERREIRA; FERNANDES, 2006).

Durante todo esse período, a UFPB conquistou seu reconhecimento social, através do seu empenho na formação dos que por ela passaram e se formaram, e como resultado de sua histórica e importante contribuição na formação do ensino superior. É uma das instituições mais procuradas por inúmeros estudantes, seja da Paraíba ou não.

A contribuição educacional da UFPB, dentro do ensino superior, foi tanto para o avanço científico, quanto para o tecnológico regional, bem como, para a formação de profissionais de excelência, tanto no Estado da Paraíba quanto nos demais estados, com destaque para a Região Nordeste, visto que ela se situa no campo de atuação de tal Universidade. E, os alunos em sua totalidade que se formam anualmente na UFPB, não são apenas da Paraíba, mais de vários estados da União, procurando-a durante todos esses anos.

A Universidade Federal, ao longo dos anos, por ser uma instituição pública de ensino superior, busca propiciar um acesso e permanência para os seus alunos, de forma a proporcionar uma educação superior, de fato, formadora de cidadãos capacitados, dentre os diversos cursos que dispõe, a título de exemplo: a área de humanas, exatas, ciências contábeis, dentre outros.

Ainda conforme Ferreira e Fernandes (2006), a universidade, como instituição de ensino superior, busca alcançar uma educação que, sobretudo, seja de qualidade e formadora de cidadãos, dentro de uma perspectiva que possa formar os seus alunos, de maneira a prepará-los para exercer a profissão que decidiram.

A história da UFPB, ao longo do tempo desde sua implantação, modificou sua estrutura até chegar à atual. A mudança não foi apenas na sua nomenclatura, mas na forma de ensino, para todos aqueles que dela necessitam na busca pela formação acadêmica. Procura manter um nível de ensino que, contribua de maneira intensa e significativa na formação dos alunos graduados, os quais todo ano saem da instituição.

2.1 A HISTÓRIA DA UFPB E APÓS O DESMEMBRAMENTO

A História da UFPB surgiu a partir de um processo histórico que teve seu início no ano de 1934, com a primeira Escola de Agronomia do Nordeste, como uma instituição de ensino superior.

Durante um período a Escola de Agronomia funcionou bem, até que por falta de repasse dos recursos e, posteriormente, o afastamento dos alunos, a instituição passou por dificuldades que impactaram no financeiro e na permanência da escola. Em torno dela surgiram outras instituições de ensino superior, como a escola de enfermagem, a escola de serviço social, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, com o intuito de formar profissionais na área do comércio.

A criação da Faculdade de Ciências Econômicas, em 1947, foi um marco dentro da história da educação de ensino superior dessa época, sendo vista como a fase transitória do ensino secundarista, para os cursos superiores nas instituições daquela época. No mesmo período iniciou-se a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Paraíba - FAFI, baseada na constituição estadual de 1947, disposta no Art.16 do ano corrente. O processo de fundação durou dois anos, e só posteriormente estaria oficialmente criada a FAFI, que serviria como base para que em momento ulterior, fosse criada a UFPB. (FERREIRA; FERNANDES, 2006).

Além da finalidade profissionalizante - de formar professores para a época- preencheria as lacunas humanísticas deixadas por outras instituições de ensino de cursos superiores, mas sempre existiram lacunas na forma de ensino e cursos por elas oferecidos, sendo assim a FAFI chega para dar um salto nessa questão, ou seja, a de preencher falhas na forma e cursos ofertados. Porém, somente em 1952 a FAFI, de fato, entrou em funcionamento, bem representada em sua caracterização orgânica e que presenciou um círculo de dificuldades, durante seu funcionamento. Uma forma de constatar essas dificuldades está na fala do professor José Pedro Nicodemos, em entrevista a equipe do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR-UFPB), em 05 de maio de 1980:

O objetivo da cultura humanística ficava evidenciado através da procura dos cursos por parte de alguns profissionais de nível superior, tais como padres e bacharéis, num percentual relativamente expressivo. Havia, pode se afirmar, uma preocupação elitista e intelectual que começava por um vestibular ainda não massificado. (FERREIRA; FERNANDES, 2006, p.29)

As colocações se referem ao tardio processo em que passou a FAFI, devido às generalizações das questões políticas disputadas na época.

As instalações físicas em que funcionava a FAFI, no prédio onde atualmente funciona o Colégio Liceu Paraibano, não eram das melhores e, isso, configurou-se uma das principais dificuldades enfrentadas. Nela eram oferecidos os cursos de “Português, Francês, Espanhol, Italiano, Latim, Geografia, História, Pedagogia” (NDIHR, 1980, p.13). A universidade funcionava com os referidos cursos citados anteriormente, tendo uma falta de elementares materiais didáticos, para que se tivesse uma boa qualidade de ensino. A FAFI estava em funcionamento agrupando muitos alunos, de modo que estes necessitavam naquela época de qualificação profissional.

A FAFI sofreu vários processos de mudanças durante muito tempo, chegando então a se chamar, a partir da lei estadual nº 1.366 de 02.02.1955, Universidade da Paraíba, uma vez que essa denominação partiu da junção de várias outras escolas, por um período bastante longo.

Depois de cinco anos, a universidade passa a ser federalizada, como UFPB, através da lei nº 3.835, de 13.12.1960, passando de Universidade da Paraíba, para então, Universidade Federal da Paraíba.

A referida Universidade passou a ser uma instituição federal de ensino superior, tendo um desenvolvimento considerável durante esses anos no cenário Paraibano, dentre todas as instituições públicas e privadas. Transformando-se fortemente na busca pelo seu desenvolvimento, bem como na sua estrutura multicampi, que obteve vida com a integração de algumas escolas superiores e faculdades nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, dando origem aos campi, I e II. Depois em 1968, incorporou a escola de agronomia na cidade de Areia, e o colégio Vidal de Negreiros na cidade de Bananeiras, que depois se transformaram em campi III e IV. Nos anos de 1970, implantou, nas cidades de Patos, Souza e Cajazeiras, os seus respectivos campi, V, VI e VII. Nessa bela trajetória multicampi, a UFPB, estendeu suas atividades por toda a Paraíba.

Dentre esse percurso, vai surgir sobre os auspícios da lei nº 10.419, de 09.04.2002, logo após a UFPB ceder quatro dos seus seis campi do interior à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Fruto de um desmembramento da UFPB, que passou então a funcionar com três campi, o de João Pessoa, Areia e Bananeiras, concentrando na capital paraibana mais de 90% de suas atividades. Atualmente a UFPB, em sua trajetória de expansão, depois do processo de desmembramento, é constituída por 15 centros e chega a ofertar aproximadamente 130 cursos de graduação, e 07 à distância. Fato esse que veio a

ocorrer após o desmembramento, quando a universidade teve sua estrutura modificada, a fim de proporcionar uma educação de qualidade.

Depois do desmembramento, a UFPB continuou sendo uma das universidades mais procuradas entre os alunos de toda a Paraíba, bem como de outros estados. Ela permaneceu expandindo, tanto externamente como internamente, ampliando seus centros e cursos, chegando durante esse percurso que vai desde 1960, período de seu desmembramento, até os dias atuais, quando passa a trabalhar com os cursos à distância. De fato, a estrutura se modificou, e a parte administrativa também.

3 O IMPACTO DO REUNI SOBRE A UFPB

Como relatado, anteriormente, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com o objetivo de criar condições para ampliar o acesso e a permanência dos alunos no ensino superior, e melhorar a estrutura física e os recursos humanos das universidades federais.

O Programa REUNI, segundo o Art. 2º deste Decreto, propõe as seguintes Diretrizes:

I-redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II- ampliação de mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III- revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV- diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltada à profissionalização precoce e especializada; V- ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e VI- articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007, p.1)

Na UFPB, o REUNI é regulamentado pela Resolução nº 27/2007 do CONSUNI/UFPB, de 12 de novembro de 2007, representando uma proposta de reestruturação e expansão, para o período de 2008-2012, com um valor total de aproximadamente R\$ 136 milhões de reais. Sua implementação é de suma importância para o processo de consolidação da universidade, e para o aspecto qualitativo acadêmico científico, tornando-a capaz de melhorar o desenvolvimento de suas funções.

Através do REUNI, a UFPB passará por uma expansão de grande porte, melhorando suas condições-meio. As contribuições favoráveis, advindas desta expansão, permitirão que a Universidade avance mais rapidamente no processo de consolidação da qualidade da sua vida acadêmica, a serviço do desenvolvimento do Estado da Paraíba, como tem sido historicamente. É o que podemos observar, na tabela a seguir:

TABELA 1 – Evolução da UFPB com o Projeto REUNI

Aspecto Acadêmico	Evolução da UFPB com o Projeto REUNI								
	Em 2007			2012			Aumento no Período 2007 - 2012		
	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno
<u>Ensino da Graduação</u>									
<u>Vagas Ofertadas</u>	4.269	3.111	1.158	7.325	4.791	2.534	3.056	1.680	1.376
Novos Cursos				2.435	1.385	1.050	2.435	1.385	1.050
Cursos Atuais	4.269	3.111		4.890	3.406	1.484	621	295	326
Matricula									
Projetada de									
alunos	20.548			34.935			14.387		
Profs.									
Equivalentes									
Retidos	1.590			1.985			395		
Servidores TA's	2.474			2.928			454		
TCG	0,685			0,9			31,4		
RAP	13,20			18,0			31,4%		

Fonte: Projeto REUNI, UFPB

O Projeto REUNI prevê investimentos em novas contratações de professores e servidores, na aquisição de materiais e equipamentos, na expansão e melhoria dos sistemas elétricos, na segurança e nas bibliotecas presentes, tanto à central como às setoriais da instituição. O projeto busca a modernização tecnológica, visando qualificar o atendimento, tornando-o eficiente e seguro.

Com relação à expansão da UFPB, está previsto que esta terá 32 novos cursos e o aumento de vagas, na maioria dos cursos existentes. Desta forma, o número de vagas ofertadas aumentou de 4.264 no ano de 2007, para 7.325 no ano de 2012. O número de matrículas efetuadas aumentou de 20.594 para 34.935.

Pelas metas básicas propostas para a UFPB, ao final da implantação do seu REUNI, em 2012, buscavam uma Instituição com os seguintes indicadores de dimensão, desempenho acadêmico e eficiência social:

- a) 99 cursos presenciais de graduação;
- b) 7.325 vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais de graduação;
- c) 4.963 alunos de graduação concluindo anualmente os seus cursos;
- d) 80% dos seus cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE;
- e) taxa de conclusão de cursos pelos alunos de graduação igual a 90%;
- f) Relação alunos de graduação/matricula projetada por professor igual a 18;
- g) 45 programas de pós-graduação, com 45 cursos de mestrado e 28 cursos de doutorado;
- h) 60% dos seus cursos de doutorado avaliados pela CAPES com os conceitos 5, 6 e 7 e 75% dos cursos de mestrado com os conceitos 4 e 5;
- i) 34.935 alunos/matriculas projetadas nos presenciais de graduação;
- j) 5.000 alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação;
- k) 1.985 professores no quadro docente, com 70% de doutores;
- l) 2.928 servidores TA's, 714 de níveis superiores, 1.937 de nível intermediário e 277 de nível de apoio;
- m) Uma alentada capacidade de pesquisa e produção acadêmico-científica apoiada especialmente no avanço qualitativo dos programas de pós-graduação. (BRASIL, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007).

TABELA 2 - Variável de desempenho

Variável de Desempenho	Evolução Anual		Crescimento % 2002-2007
	2002	2007	
<u>Nº de Cursos</u>	<u>85</u>	<u>106</u>	<u>24,7</u>
<u>Graduação</u>	<u>48</u>	<u>57</u>	18,8
Bacharelado	36	42	16,7
Licenciatura	12	15	25,0
<u>Pós-Graduação</u>	<u>37</u>	<u>49</u>	32,4
Doutorado	12	16	33,3
Mestrado	25	33	32,0
<u>Vagas Oferecidas</u>	<u>3.540</u>	<u>5.104</u>	<u>44,2</u>
Graduação	3.147	4.407	40,0
Pós-Graduação	393	697	77,4
<u>Alunos Matriculados</u>	<u>15.997</u>	<u>19.421</u>	<u>21,4</u>
Ensino de Graduação	14.769	17.086	15,7
<u>Ensino de Pós- Graduação</u>	<u>1.228</u>	<u>2.335</u>	<u>90,1</u>
Doutorado	257	757	194,6
Mestrado	971	1.578	62,5
<u>Alunos Diplomados e Titulados</u>	<u>2.370</u>	<u>2.699</u>	<u>13,9</u>
Graduação	1.939	2.160	11,4
<u>Pós-Graduação</u>	<u>431</u>	<u>539</u>	25,1

Teses de Doutorado Aprovadas	49	92	87,8
Dissertações de Mestrado			
Aprovadas	382	447	17,0
<u>Quadro de Servidores</u>	<u>5.359</u>	<u>5.375</u>	<u>0,3</u>
Número de Professores (Inclui			
Substitutos)	1.653	1.755	6,2
Número de Servidores TA's	3.706	3.620	-2,3

Fonte: Projeto Reuni (UFPB)

Assim também, haverá um acréscimo no quadro docente, passando de 1.590 em 2007, para 1.985 em 2012. Além disso, o projeto busca conquistar avanços contínuos com relação a sua qualidade, de modo que no ano de 2012, 60% dos programas conquistem notas 5, 6 e 7 na avaliação realizada pela CAPES.

4 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

O Curso de Pedagogia, no Brasil, foi instituído em 1939, durante um período favorável para os debates educacionais, a respeito dos diversos acontecimentos sociais, culturais e econômicos da década de 1930, que ficaram conhecidos como um marco no crescimento educacional do país. O curso de Pedagogia nasceu articulado à formação do professor e o resultado das divergências no âmbito educacional.

As diversas mudanças ocorridas na educação, pautadas nos ideais escolanovistas, resultaram nas transformações dos setores sociais, políticos e econômicos. Igualmente, ganhou ênfase neste período, o interesse pela formação do docente em nível superior, ou seja, nas universidades.

Nesse sentido, o curso de Pedagogia foi instituído através do Decreto-Lei nº 1.190, de 04 de abril de 1939, por circunstância da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, no governo Getúlio Vargas, na qual se tornou a universidade do Distrito Federal, que encerrou suas atividades, neste mesmo ano. Na seção de Pedagogia, estavam presentes os cursos regulares de Filosofia, Matemática, Química, Física, História, Geografia, Ciências Sociais, Letras e Didática. No início, o curso de Pedagogia formava bacharéis, num esquema 3+1, ou seja, o bacharel, que buscava a licenciatura, precisava estudar três anos no seu curso e mais um ano no curso de Didática. Os bacharéis em Pedagogia trabalhariam em cargos técnicos educacionais e os que possuíam licenciatura, estariam aptos para atuar no ensino normal.

Vale ressaltar, que as discussões a respeito da formação de professores, em nível superior, antecedem os anos 20, mas somente na década de 1930, alguns projetos de qualificação, para formação de professor, se consolidaram.

O curso de Pedagogia, proposto pelo governo federal, nos moldes da faculdade Nacional de Filosofia, teve início apenas em 1940. Segundo Evangelista (2002, p.41),

O surgimento do curso de Pedagogia no Brasil, nos anos de 1940, pode ter resultado da ruptura, de caráter violento, com as propostas institucionalizadas na década de 1930, a de Anísio Teixeira e a de Fernando Azevedo, que não se referiam a ‘curso de Pedagogia’, mas a ‘formação do professor’.

Neste período, o curso de Pedagogia era voltado para cargos técnicos. Para formar o professor para o ensino normal, era necessário o bacharelado, juntamente, com o curso de didática. No ano de 1945, foram retomadas as diversas discussões a respeito da democratização do ensino, sob o governo do general Eurico Dutra.

No final dos anos 50, surgem às diversas indagações a respeito do modelo universitário de 1930, e com isso, entram em pauta as discussões sobre a necessidade de uma lei de diretrizes e bases para educação nacional. Assim, em 1961, sob o governo de João Goulart, foi aprovado o decreto-lei nº 4.024, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nesse contexto, a regulamentação do curso de Pedagogia só ocorre em 1962, com o Parecer CFE nº 251/62, de autoria do professor Valnir Chagas, que foi homologado pelo então Ministro da Educação, Darcy Ribeiro. Neste parecer, foi enfatizada a importância do professor das séries iniciais ser formado através do Ensino Superior e determinou o currículo do curso de Pedagogia e sua duração. Contudo, nem todas as propostas de Valnir Chagas foram realizadas.

No ano de 1966, foi instituído o Decreto-Lei nº 53/66, que determinou os princípios de organização para instituições federais. Por meio deste Decreto, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi reorganizada conforme o Art. 4º.

Art.4º As unidades existentes ou parte delas que atuem em um mesmo campo de estudo formarão uma única unidade na Universidade estruturada, em obediência ao disposto nos itens II e III do art. 2º [...] **II** - O ensino e a pesquisa básicos serão concentrados em unidades que formarão um sistema comum para toda a Universidade. **III** - O ensino de formação profissional e a pesquisa aplicada serão feitos em unidades próprias, sendo uma para cada área ou conjunto de áreas profissionais afins dentre as que se incluam no plano da Universidade (BRASIL, 1966, p. 2, grifos do autor).

Neste mesmo ano, esse Decreto estava ligado à Lei 5.540, que instituiu normas de funcionamento da educação superior. Após a reforma universitária ocorrida em 1971, o Conselho Federal de Educação regulamentou o Parecer CFE nº 252/69 e a Resolução nº. 2 de 12 de maio de 1969 para o Curso de Pedagogia, de autoria do professor Valnir Chagas, e ambas, seguiam os princípios da reforma universitária. Este Parecer (252/69) rompeu com a diferenciação entre bacharelado e licenciatura, no curso de Pedagogia, e inseriu a proposta de especializar os profissionais, nas áreas de supervisão pedagógica, habilitação para docência dos cursos de formação de professores, entre outros.

Na década de 1980, ocorreram várias discussões a respeito da formação do pedagogo, e, neste momento, o Brasil ainda estava em regime militar, sob a presidência do General João Figueiredo. Vale ressaltar que neste mesmo ano, ocorreu a Conferência Brasileira de Educação (CBE), na cidade de São Paulo, que foi considerada de suma importância para as discussões sobre a formação do professor. Nesta Conferência, foi criado o

Comitê Nacional Pró-reformulação dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, com o objetivo de mobilizar os professores e alunos para discussões a respeito dessas reformulações.

No ano de 1983, ocorreu o I Encontro Nacional deste comitê, no qual se criticava a visão do Estado, de que a formação de educadores era apenas uma questão constitucional de recursos humanos para educação. Neste encontro, ficou definido um documento final, contendo uma análise política acerca das propostas para os cursos de formação de professores e a modificação do Comitê em Comissão Nacional de Reformulação dos cursos de Formação de Educadores – CONARCFE.

Não obstante, somente no ano de 1986, ocorreu o II Encontro Nacional da CONARCFE, no qual ficou definida que a base comum deveria ser formada por três dimensões fundamentais: a profissional, a epistemológica e a política, de modo que as três dimensões estejam interligadas, proporcionando uma formação para o profissional da educação, relacionada com o trabalho que o mesmo irá desenvolver nas instituições de ensino.

Em 1990 a CONARCFE transformou-se em Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação-ANFOPE, pois suas atividades tornaram-se permanentes. A década de 1990 foi marcada pela reforma do Estado brasileiro que teve como resultado: Leis, Decretos, Resoluções. Essa nova definição do Estado, teve como resultado diversas mudanças na Educação Nacional.

Várias ações só foram implantadas após a promulgação da Lei 9.394/96 (LDB), a qual trouxe alterações em todos os níveis de ensino, como na nomenclatura, e essas mudanças refletiram-se principalmente nos cursos de formação de professores e nas universidades. As principais medidas sobre a formação dos docentes, após a LDB, foram: a regulamentação do Curso Normal no Nível Médio, prevista no Art. 62 e regulamentada pela Resolução CEB nº 2/99, a elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação, a regulamentação dos cursos sequenciais, entre outras.

A aprovação da LDB, em 1996, proporcionou uma nova formação dos profissionais da educação e o surgimento de cursos superiores. Todos estes, voltados, principalmente, para formação docente.

Nessa perspectiva, de acordo com Libâneo e Pimenta (1999, p. 241):

A atuação do Ministério da Educação e do CNE na regulamentação da LDB nº 9394/96 tem provocado a mobilização dos educadores de todos os níveis de ensino para rediscutir a formação de profissionais da educação. A nosso ver, não bastam iniciativas de formulação de reformas curriculares, princípios norteadores de formação, novas competências profissionais, novos eixos curriculares, base nacional comum etc.

Durante o período de 1998 a 2000, foi elaborada, pela comissão de especialistas do ensino de Pedagogia-CEEP, a proposta de Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia, na qual o perfil do pedagogo era definido assim:

[...] profissional capaz de atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo a docência como base obrigatória de sua formação e identidades profissionais. (BRASIL, 1999, p.1)

Entretanto, o Conselho Nacional de Educação, o CNE, não homologou a proposta desta comissão. Então em junho de 2000, a Secretaria de Educação Superior (SESU), designou outra comissão de especialistas de Ensino de Pedagogia, que elaborou uma proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, dando ênfase a proposta anterior. Esta segunda proposta, também, não foi homologada e as discussões a respeito das diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia não terminaram.

O Conselho Nacional de Educação publicou em março de 2005, o projeto de DCN para o curso de Pedagogia, que resultou em diversas discussões no âmbito educacional. Esse projeto passou por várias alterações, e em 13 de dezembro de 2005, o CNE aprovou o Parecer CNE/CP nº 5/05, no qual trazia um Projeto de Resolução das DCN's para o curso de Pedagogia. Segundo este Parecer, no art. 14, “a formação dos demais profissionais de educação, nos termos do art. 64 da Lei nº 9.394/96, será realizada em cursos de pós-graduação, especialmente estruturados para este fim, abertos a todos os licenciados” (BRASIL, 2005, p. 24).

Nesse sentido, uma série de discussões surgiu, a respeito da sua legalidade, pois o art. 64 da LDB propõe a garantia da formação dos profissionais nos cursos de Pedagogia e em pós-graduação. Como consequência desse embate, o CNE analisou novamente esta questão. Desse modo, uma nova redação do Art. 14 do Parecer nº5/05, foi proposta, a qual incluía a formação do profissional da educação no curso de Pedagogia. Após diversas discussões, as DCNPs foram homologadas em abril de 2006, reconhecidas, como a Resolução CNE/CP nº 1/06, que segundo seu Art. 2º, tem como princípio básico:

à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p. 2).

4.1 BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CURSO DE PEDAGOGIA NA UFPB

O Curso de Pedagogia da UFPB, do Centro de Educação (CE), foi criado pela Lei Estadual nº 341, de 01 de setembro de 1949, autorizado pelo Decreto nº 30.909, de 27 de maio de 1952, vinculado, inicialmente, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que no ano de 1969 passou a ser Faculdade de Educação. Quando foi extinta, no ano de 1976, passou a integrar o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e, desde abril do ano de 1979, encontra-se vinculado ao CE.

Durante vários momentos, o Curso de Pedagogia passou por mudanças devido à evolução da sociedade, mas a redefinição do curso só ocorreu na década de 1970. De 18 de maio a 12 de junho de 1984, professores do CE fizeram parte da Comissão Interna de Reformulação do Curso de Pedagogia, na qual coordenaram as discussões a respeito da reformulação do curso, que ganhou força devido à greve dos professores das universidades federais autônomas.

Como resultado desse processo, uma proposta para reformulação do curso, abrangendo esses aspectos foi sugerida no Projeto Político Pedagógico (PPP), do Curso de Pedagogia:

- Adoção dos princípios gerais constantes do Documento Final do Encontro Nacional de Belo Horizonte (1983);
- Constatação da necessidade de aprofundamento dos estudos e análises sobre as atuais habilitações, feitos por docentes do Centro de Educação e alunos do curso de Pedagogia, bem como por profissionais que já atuavam no sistema de ensino;
- Criação, no curso de Pedagogia, de “áreas de concentração” tais como Educação de Adultos, Educação Especial, Formação para o Magistério (Pré-escolar, Ensino normal/Ensino de 1º grau-1º a 4º séries), Educação Rural. (PPP, 2008, p. 3).

Diante do exposto, houve, também, uma proposta de revisão do currículo do Curso de Pedagogia, com relação à formação de supervisor, dando ênfase na questão de um referencial teórico fruto de manifesto da realidade brasileira, capaz de caracterizar um novo modelo de supervisor educacional, que tivesse como objetivo atender às necessidades da população.

Com base nessas propostas, foi realizada uma experiência, sem modificações na grade curricular em vigor, com o objetivo de favorecer um trabalho integrado e coerente de reformulação do curso de Pedagogia.

Visando os objetivos da proposta de reformulação do curso de Pedagogia e as análises dos resultados da experiência proposta, foram sugeridas as alterações curriculares seguintes:

Implantação do regime anual, maior duração do curso noturno, redimensionamento da experiência de magistério, criação de Seminário sobre Realidade Educacional Brasileira (como tentativa de operacionalização da base comum nacional para as licenciaturas), criação da disciplina Organização do Trabalho Intelectual e redefinição das seguintes disciplinas: Estágio Supervisionado, Filosofia da Educação, História da Educação, Economia da Educação, Psicologia da Educação, Estatística Aplicada à Educação, Estudo de Problemas Brasileiros. (PPP, 2008, p. 5)

Vale ressaltar a criação da área de Educação de Adultos no Curso de Pedagogia, considerando que, esta modalidade de ensino, contribui bastante para que o adulto seja reconhecido como sujeito histórico e atuante deste processo. Assim, o educador de adultos deveria estar apto metodologicamente para assessorar, planejar e analisar projetos e programas vinculados à área.

Nessa perspectiva, podemos perceber que os problemas do Curso em questão, vêm sendo analisados há muitos anos, e através das coordenações do curso, conseguiram resultados para a proposta de redefinição do curso, com nova estrutura e regimento pela Resolução nº13/96 do CONSEPE, que passou a conferir o grau de Licenciado em Pedagogia, também, para o magistério em Educação Infantil e Ensino Fundamental.

No ano de 2006, o Curso de Pedagogia passou por uma nova reformulação, regulamentado pela Resolução 64/206 do CONSEPE/UFPB, a qual foi definida de acordo com a legislação e a composição curricular do novo curso.

Segundo o PPP do Curso de Pedagogia (2008, p. 12), o objetivo do curso é:

A formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal na Educação de Jovens e Adultos, e/ou na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Nessa perspectiva, o referido documento ressalta as competências que os futuros pedagogos devem desenvolver:

- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas, entre outras (PPP, 2008, p. 13).

Essas orientações são as mesmas que se aplicam à formação de professores para escolas de quilombos ou caracterizadas por populações de culturas específicas.

5 A ESTRUTURA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB

Na UFPB, o curso de Pedagogia é instituído pela Resolução nº 13/96, do CONSEPE, apresentando as seguintes propostas em seu PPP (2008, p. 8):

- Entender os novos parâmetros da cultura como atividades humanas, como prática de produção e de criação;
- Compreender o processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal;
- Compreender a dinâmica da realidade, utilizando-se das diferentes áreas do conhecimento para produzir a teoria pedagógica;
- Identificar os processos pedagógicos que se desenvolvem na prática social concreta que ocorrem nas instituições escolares e também fora delas, nos demais *locus* educativos;
- Buscar articulações que permitam a unidade teoria/prática no trabalho pedagógico;

O curso de Pedagogia possui uma dinâmica constituída da formação do professor, complementada por atividades integrantes, buscando favorecer o entendimento a respeito dos aspectos histórico, social e cultural necessários para refletir criticamente sobre a educação e a sociedade.

O curso tem como base a união da teoria com a prática, visando integrar o saber com o fazer, por meio de atividades e práticas pedagógicas desenvolvidas. A carga horária do curso foi definida, de acordo com a complexidade do curso, traduzida pela formação para o exercício da docência, da gestão escolar, entre outros. Assim, para a graduação em Pedagogia foi estabelecida a carga horária mínima de 3.210 horas de efetivo trabalho acadêmico, distribuídas desta forma:

- [...] 1.680 horas dedicadas aos conteúdos básicos profissionais atividades formativas como assistência as aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza [...];
- 1.140 horas de conteúdos complementares obrigatórios, envolvendo atividades teóricas e práticas, além dos seminários que ocorrerão no final de cada período letivo;
- 120 horas de conteúdos complementares optativos, possibilitando a complementação de áreas de interesse do aluno;
- 270 horas de conteúdos complementares flexíveis, em áreas específicas de interesse dos alunos, através da participação em Projetos de Iniciação a Docência, de Iniciação Científica, de Extensão, de Monitoria, entre outras. (PPP, 2008, p.15-16).

A disciplina de Estágio será proposta, através de atividades pedagógicas desenvolvidas nas instituições de ensino, concretizadas a partir da relação entre o docente “experiente” e o aluno estagiário, com o objetivo de promover ao estagiário uma reflexão sobre a realidade das escolas e da sociedade na qual estão inseridos.

Além disso, também, são oferecidos os seminários temáticos que são componentes curriculares com a função de resumir todos os conteúdos de cada período, sob a coordenação de um professor que terá a responsabilidade de articular junto aos demais professores e alunos todo o processo.

Existem, também, os conteúdos complementares flexíveis, com a carga horária de 270 horas que ocorrerá durante todo o curso, por meio da participação nos diversos projetos oferecidos pela instituição de ensino.

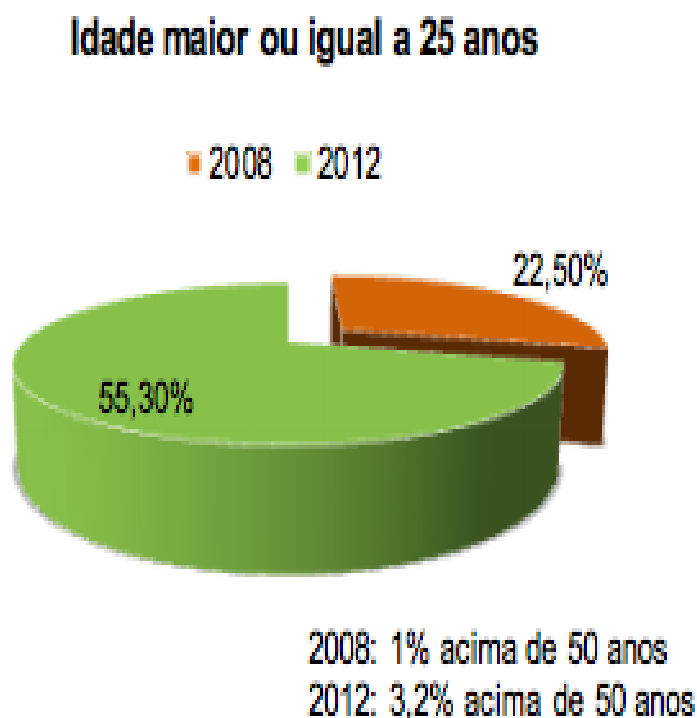
5.1 O PERFIL DOS ALUNOS ADVINDOS DA EJA NO CURSO DE PEDAGOGIA NA UFPB

O curso de Pedagogia propõe, em seu PPP (2008), o desenvolvimento das capacidades e dos saberes necessários ao pedagogo para o exercício da docência, como:

- Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo o diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- Estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhes caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes (PPP, 2008, p.13).

Este curso propõe, aos alunos, os saberes e as habilidades essenciais para atuar profissionalmente na sua prática docente. Nos dias atuais, o perfil dos alunos que ingressam no curso de Pedagogia é de baixa renda e advindos de escolas públicas. Vale ressaltar que o número de alunos que ingressaram no curso, fora da faixa etária, é bastante significativo, como podemos analisar no gráfico a seguir:

GRÁFICO 1 - Candidatos que ingressam no curso de Pedagogia/campus I, com idade maior ou igual a 25 anos



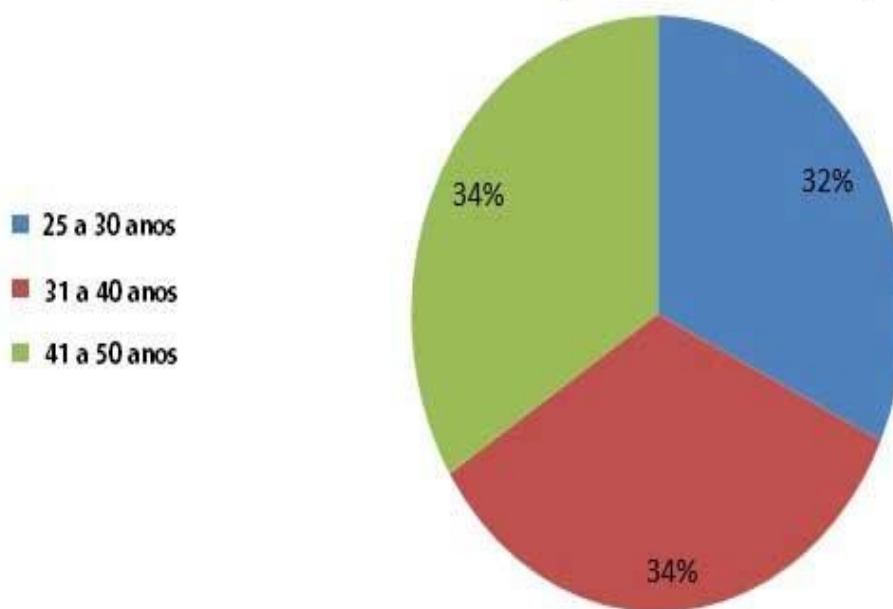
Fonte: UFPB/COPERVE, 2012.

Nessa perspectiva, este trabalho propõe identificar, conhecer e analisar os perfis desses sujeitos, advindos da EJA que ingressaram no curso de Pedagogia na UFPB.

No entanto, vale ressaltar a grande dificuldade de acesso à informação na UFPB a respeito dos alunos que ingressaram no curso de Pedagogia advindos da EJA. Assim, realizamos um questionário em algumas turmas, dos três turnos, manhã, tarde e noite, concluintes do curso de Pedagogia, buscando obter dados mais precisos a respeito desta questão.

Outro fator relevante, a ser analisado nesta pesquisa, refere-se à questão do gênero, que compõe o curso de Pedagogia. Como se pode observar são constituídos, em sua maioria, por sujeitos do sexo feminino, dentro de uma faixa etária, que vai de 31 a 50 anos, como está explicito no gráfico a seguir:

GRÁFICO 02 - Faixa etária dos sujeitos da pesquisa

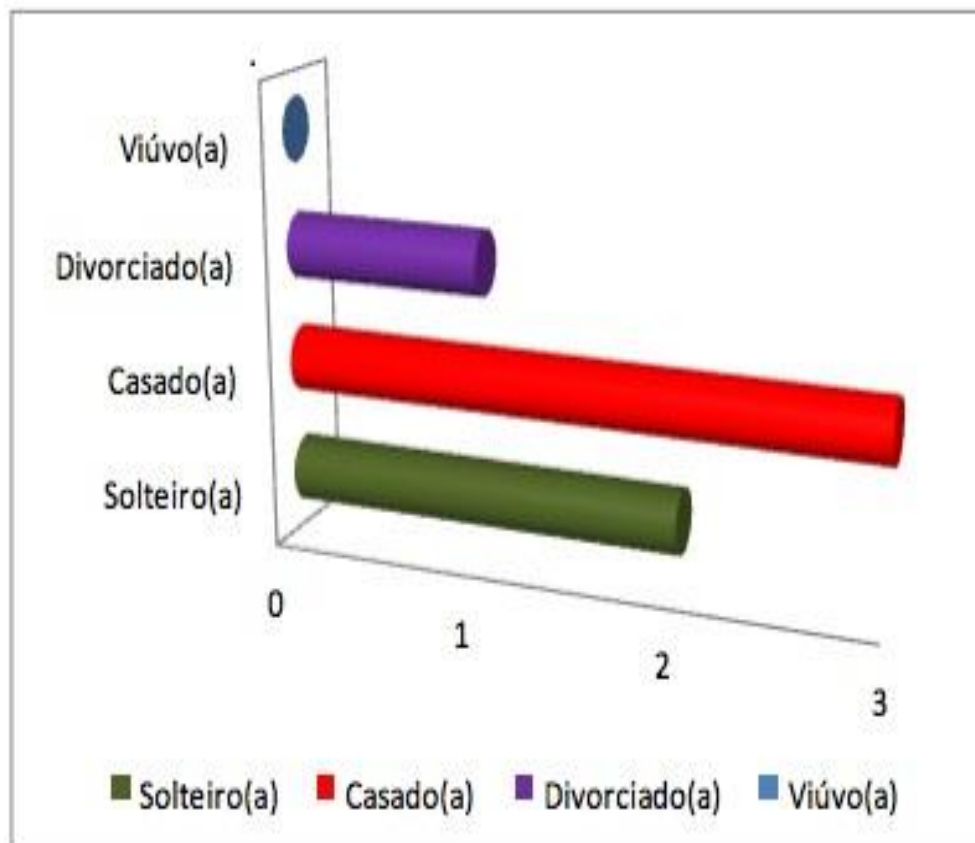
GRÁFICO: 02 Faixa etária dos sujeitos da pesquisa

fonte: questionário da pesquisa

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Dentre o perfil dos sujeitos desta pesquisa, podemos observar, em sua maioria, que a questão da família é bastante forte. Vista como uma base, a maior parte dos integrantes/participantes são casados. Estes possuem uma família constituída e sólida, tendo responsabilidades, e por isso uma visão social, de mundo diferenciado. Isto quando comparado aos que respondem por si mesmo e não tem a responsabilidade de chefiar um lar. O fato de os casados serem evidenciados, nesta pesquisa, nos leva a refletir que se estão dentro de uma educação superior é por que buscam melhorias, tanto para si como para sua família de modo geral, para que possam, com a obtenção de uma formação, lhes proporcionar melhores condições, como está bem representado, no gráfico abaixo:

GRÁFICO 03 - Estado civil dos sujeitos da pesquisa

Gráfico03: Estado civil dos sujeitos da pesquisa.

Fonte: Questionário da Pesquisa.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

5.2 ANÁLISE DO PERFIL DOS SUJEITOS ADVINDOS DA EJA NO CURSO DE PEDAGOGIA: RELATOS DOS PESQUISADOS

Compreender o perfil dos sujeitos da EJA nos remete a reflexão da constituição da sociedade em sua formação. As formatações da sociedade constituem uma questão social, vivenciada pelos sujeitos pesquisados neste trabalho, que de fato em sua trajetória enfrentam percursos difíceis, em busca de condições sociais igualitárias.

A EJA é vista como uma oportunidade para os sujeitos das classes populares que não tiveram condições de escolarização na idade própria, no seu tempo ideal, e objetivando a formação de sujeitos mais críticos, libertadores e emancipadores, dentro no processo de formação. E que tal processo proporcione mudanças e transformações futuras em sua vida.

Dentro desta perspectiva, os sujeitos participantes dessa pesquisa, procuram demonstrar sua expectativa, mediante a formação acadêmica, na UFPB no curso de Pedagogia, como uma alavanca para tal melhoria social, profissional, e em sua totalidade como ser inserido dentro de uma sociedade.

A pesquisa foi realizada, no próprio campus I da UFPB, tendo como interlocutores, sete sujeitos que participaram das entrevistas, dos quais, apenas quatro, sendo três mulheres e dois homens se disponibilizaram a fornecer as devidas informações que nos propomos a analisar neste trabalho. A faixa etária dos sujeitos desta pesquisa era de 28 a 53 anos.

Percebe-se, nas análises, que esses sujeitos passaram por dificuldades excludentes na trajetória de suas vidas, e que, ao ingressarem na Educação Superior, depararam-se com as novas dificuldades impostas as quais estão relacionadas à sua permanência no curso como, por exemplo: o seu processo de aprendizagem, no seu avanço e desempenho em acompanhar as disciplinas didáticas e o preconceito sofrido pelos colegas de sala. Enfim, de modo geral, os alunos envolvidos nessa pesquisa buscam conseguir no decorrer do curso, obter um bom desempenho e de fato concluir seu ensino Superior.

Dentre os sujeitos da pesquisa vale salientar, que em sua maioria vieram de uma trajetória, os quais passaram pelo ensino médio na forma de ciclos da EJA e outros de supletivos. Como a maioria é de mulheres as mesmas fazem parte dessa maioria dos ciclos dos que vieram do supletivo. Tal forma de ensinar é considerada mais acelerada que as do ciclo da EJA, o ritmo é comparável com os de cursinhos, o que dificultava suas aprendizagens.

A Universidade Federal como sendo pública e de total responsabilidade do Estado, necessita elaborar ações internas que venham a incentivar a permanência desses sujeitos, durante o período em que estão cursando até sua conclusão, visto que os sujeitos oriundos da EJA têm outras necessidades que precisam ser levadas em consideração, devido às enormes dificuldades enfrentadas durante a sua trajetória de vida no seu processo de ensino tardio.

Com base nos questionários pode se perceber as dificuldades enfrentadas, durante o processo educacional básico e o da Educação Superior, como também, as motivações que os fizeram romper as barreiras enfrentadas pelo acúmulo de dúvidas, de preconceitos, dos

insucessos ocorridos, do processo acelerado da EJA - que podem ser cogitados no trajeto educacional da Educação Superior.

Os alunos, quando nas indagações a respeito dos incentivos familiares que tiveram para retornar aos estudos, afirmaram que receberam apoio, incentivo e motivação por parte dos familiares, para continuá-los, mesmo diante das dificuldades que enfrentavam em sua vida. Estas, por sua vez, serviram de alavanca para o regresso aos estudos. Afirmam, também, que este incentivo da família, tornou as dificuldades e adversidades amenizadas.

Seguindo a análise dos questionários, podemos perceber, a partir das indagações propostas referentes às motivações para ingressar no ensino superior, que as respostas foram acerca da satisfação e da realização pessoal, em estar tendo oportunidade de mudar sua realidade atual e de poder concluir seus estudos, ou, de poder obter uma formação. A seguir, citamos algumas respostas dos sujeitos da pesquisa.

QUADRO 01 - Motivações para ingresso ao Ensino Superior

<p>Aluna A (51 anos): “É como um salto para o futuro, e uma forma infinita de aprendizagem”.</p> <p>Aluno B (40 anos): “É uma valorização pessoal, e uma nova perspectiva na minha realidade atual”.</p> <p>Aluna C (53anos): “É rever na minha vida as possibilidades de mudança”.</p> <p>Aluna D (28 anos): “Recuperar no ensino, através da aprendizagem, o que perdi por falta de escolarização”.</p>

As motivações, constatadas nesta pesquisa, em relação aos sujeitos da EJA, acerca do ingresso na UFPB, é definida entre os seguintes aspectos: ascender economicamente, oportunidade no mercado de trabalho, adquirir conhecimento, valorização pessoal, formação, inclusão social. Porém, se depararam, dentro da instituição, com as primeiras dificuldades, as quais são relatadas como: não ter acesso aos textos por questões financeiras, e/ou não conseguirem tirar as fotocópias, a questão da obtenção da alimentação, entre outras dificuldades, como podemos observar em suas respostas, a seguir:

QUADRO 02 - Dificuldades dos alunos da EJA no curso de Pedagogia da UFPB

<p>Aluna A (51 anos): “Era tudo novo para mim, foi muito diferente da minha atualidade”.</p> <p>Aluna B (40 anos): “A aquisição de conhecimentos, por estar fora da faixa etária foi muito difícil para mim, tive que me esforçar mais”.</p>
--

Aluna C (53anos): “A falta de não ter feito o ensino normal, e na EJA ser acelerado, causou dificuldades na minha assimilação de conteúdos”.

Aluna D (28 anos): “Adaptação no ritmo frenético o qual o ensino superior exige”.

A questão da faixa etária, levantada nesta pesquisa, é um fator que vale ressaltar, visto que tais sujeitos chegam a Educação Superior com idade elevada, pelo fato de serem fruto de um ensino tardio. Isto reflete na aprendizagem deles, segundo mostra questionamentos propostos em suas respostas. A idade chega a influenciar no seu desempenho, no que diz respeito a conteúdos serem assimilados mais rapidamente. Sabemos que o ser humano vai perdendo sua capacidade de absorção ao envelhecer, fato este que os sujeitos, aqui analisados, questionam por sua base de ensino ter sido de forma acelerada, deixando algumas lacunas para a formação acadêmica.

Porém, a existência de perdas no processo de escolarização, não os fez desistir e abandonar, o desejo de cursar e concluir o seu curso, nesse caso Pedagogia. Seguindo a análise dos questionários, os alunos, quando são indagados a respeito da escolha do curso o qual estão inseridos na instituição UFPB, respondem afirmando o seguinte:

QUADRO 03 - Motivação e escolha dos alunos da EJA pelo curso de Pedagogia na UFPB

Aluna A (51 anos): “Foi por acaso. O que eu queria mesmo era fazer um curso superior, mas teria que ser na UFPB. Quando me vi sentada na sala de aula do Curso de Pedagogia e me disseram o que seria, me apaixonou, e estudei para valer”.

Aluno B (40 anos): “Fui levado ao acaso, mas uma vez neste curso, encontrei-me como educador”.

Aluna C (53anos): “O curso de Pedagogia era meu sonho, e se torna muito prazeroso cursá-lo”.

Aluna D (28 anos): “A escolha foi bem decidida, a área da Educação de fato me encanta”.

As indagações contrapostas nos mostram que as escolhas, muitas vezes, ocorrem por acaso, mas que a realização pessoal, dos que permanecem no curso, de fato são concretas. Com relação aos benefícios que a Educação Superior, proporciona e como encaram o curso o qual escolheram, projetando nele suas expectativas para sua vida, alguns relataram que estes, foram: participar de um processo de aprendizagem, a aquisição de conhecimentos que irão proporcionar mudanças na sua vida, fazendo-os acreditar que de fato têm uma participação

ativa, tanto na educação quanto na própria sociedade. Outros com relação a essa questão, responderam o seguinte:

QUADRO 04 - Benefícios do curso de Pedagogia para os alunos oriundos da EJA na UFPB

<p>Aluna A (51 anos): “A UFPB me proporciona uma aprendizagem contínua. Essa aprendizagem é muito importante para mim. Estudar após os cinquenta anos foi à melhor coisa da minha vida, só assim pude perceber o quanto sou capaz de continuar aprendendo”.</p> <p>Aluna B (40 anos): “Proporcionou-me, abrir novas portas para o meu futuro, e uma aprendizagem, para me tornar um bom educador”.</p> <p>Aluna C (53anos): “Aprender com a nossa formação, direcionar as atitudes de forma a nos tornar mais participativos na sociedade”.</p> <p>Aluna D (28 anos): “Proporcionou, melhoras em minha percepção de mundo, e socialmente, levantando minha autoestima”.</p>

A clareza da percepção, do empenho, da luta e do esforço, desses sujeitos em cursar um ensino superior, de fato é bastante notável. Os esforços, a todo o momento, são perceptíveis quando refletimos, sobre as questões de trabalho que os mesmos enfrentam. Nesse sentido, optam pelo período noturno, a fim de trabalhar para seu sustento, o que exige deles, um empenho maior em vencer o cansaço de estar na sala de aula, em busca daquilo que acreditam futuramente modificar suas vidas. O desejo dos sujeitos desta pesquisa, de ingressar, no ensino superior é enorme e significa, para a maioria, estar no topo de um processo de transformações que resultará na inserção deles na uma sociedade, a qual prioriza os que têm um maior nível de escolaridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e todas as suas especificidades não é uma tarefa fácil, porém, cada vez mais, esta modalidade vem ganhando destaque nas diversas discussões acerca da educação. No entanto, para que possamos entender todas essas particularidades é preciso abranger a trajetória histórica, política e econômica que resultaram na determinação da EJA, como uma modalidade de ensino, propostas nos documentos oficiais acerca da educação. Todo esse processo se tornou necessário, a fim de que possamos compreender as expectativas e desafios dos alunos da EJA, quando inseridos no ensino superior.

Este trabalho nos remete à reflexão a respeito das políticas públicas voltadas para o Ensino Superior, no Governo Lula, que teve como marco principal, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no qual promoveu a expansão das instituições federais, com ênfase na UFPB, tanto no número de vagas ofertadas, como no aspecto estrutural. Esta política tornou-se um aspecto decisivo para a inserção dos alunos advindos da EJA nas instituições de Ensino Superior.

Nessa perspectiva, construímos o capítulo IV, no qual apresentamos uma breve trajetória do curso de Pedagogia, com ênfase na UFPB, visando conferir se, este curso, dispõe de oportunidades para esses sujeitos oriundos da EJA, os quais são os sujeitos da nossa pesquisa.

No capítulo V, a EJA é ressaltada, com o objetivo de conhecer a realidade dos sujeitos advindos dessa modalidade, analisando as trajetórias de vida, as motivações, as dificuldades, as influências, por parte da família, enfrentadas por estes alunos a respeito do ingresso no Ensino Superior.

Desse modo, diante da análise dos dados da pesquisa, foi possível entender a realidade dos alunos oriundos da EJA, no curso de Pedagogia da UFPB, considerando suas expectativas e motivações com relação ao curso superior, em meio a uma trajetória excludente, para enfim ingressar na UFPB.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto de 20 de outubro de 2003**. Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Disponível em: http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/decretos/2003/dec_2003_10_20_decretos.pdf. Acesso em: 18 mar. 2014.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto-lei 53/66 | Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966**. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126183/decreto-lei-53-66>. Acesso em 19 mar. 2014.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Parecer CNE/CP Nº 5/2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em 19 mar. 2014.

_____. **Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Programa Universidade para Todos – PROUNI e altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2005/lei11128.htm>. Acesso em: 17 mar. 2014.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 mar. 2014.

_____. **Proposta de Diretrizes Curriculares**. Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia. Portal SESu/MEC, 06 de maio de 1999. Disponível em: <http://www.pp.ufu.br/Pedagogia.htm>. Acesso em 19 mar. 2014.

_____. **Resolução Conselho Nacional de Educação**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. Conselho Pleno nº 1, de 15 de maio de 2006. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/lres1_06.htm. Acesso em 11 abr. 2014.

Conselho Pleno nº 1, de 15 de maio de 2006

EVANGELISTA, Olinda. **A formação universitária do professor**. Florianópolis: NUP;

Cidade Futura, 2002.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERNANDES, David. [organizadores]. **UFPB 50 Anos**. João Pessoa: Ed. Universitária/2006.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 19ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática Educativa, 11ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HADDAD, Fernando. **Os oito avanços do governo Lula na Educação**, Folha de São Paulo: São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.infoescola.com/mandatos-presidenciais-do-brasil/> Acesso em 03 dez. 2013.

<http://www.mec.gov.br>. Acessado em 01 dez. 2013 às 19h: 24min.

LIBÂNEO, José Carlos e PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação**: Visão crítica e perspectiva de mudança. Educação e Sociedade [online], dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf>>. Acesso em 18 mar. 2014.

OTRANTO, Celia Regina. A Globalização e a Educação Superior Brasileira. In: Souza, Donaldo Bello de; Ferreira, Rodolfo (Orgs.). **Bacharel ou Professor? O processo de reestruturação dos cursos de formação de professores no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000, p. 41-53.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa. As políticas públicas do Ensino Superior no Governo Lula: Expansão ou democratização? Revista Debates: Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/16316/10573> Acesso em 27 out. 2013.

REUNI, **Reestruturação e expansão das universidades federais**. [homepage da internet]. UFPB: João Pessoa. Disponível em: http://www.ufpb.br/reuni/index.php?option=com_content&view=article&id=30&itemid=36 Acesso em 14 jan. 2014.

SANTOS, Adilson Pereira; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. **Ensino Superior**: trajetória histórica e políticas recentes. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino%20Superior%20trajetoria%20historica%20e%20politicas%20recentes.pdf?sequence=1> Acesso em 30 out. 2013.

SANTOS, Djail; CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues. (organizadores). **Linha do Tempo**. Centro de Ciências Agrárias – CCA-UFPB, João Pessoa, 2011. Disponível em: <http://www.cca.ufpb.br/75anoscca2/linha-do-tempo.html> Acesso em 14 jan. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **A UFPB**. [homepage da internet]. João Pessoa, PB. Disponível em: <http://www.ufpb.br/content/ufpb>. Acesso em 04 jan. 2014.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia.**
Centro de Educação, 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário

Caros colegas estudantes, nós somos alunas do curso de Pedagogia da noite, concluintes esse ano e estamos fazendo uma pesquisa para o nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a qual trata dos alunos advindos da EJA no curso superior. Desta forma, estamos recorrendo a vocês para pedir-lhes a sua ajuda para a realização de nosso projeto, visto que, os dados solicitados abaixo, não são disponibilizados na CODESC e tão pouco na coordenação do nosso curso. Os dados aqui fornecidos por vocês ficarão no mais absoluto sigilo, pois nós apenas utilizaremos dados numéricos, não constando quaisquer dados pessoais.

DADOS PESSOAIS:

1. Sexo: (☐) masculino (☐) feminino
2. Estado civil: _____
3. Tem filhos? (☐) sim (☐) não
4. Idade: _____
5. É o primeiro curso de graduação? (☐) sim (☐) não
6. Em qual bairro reside? _____
7. Você trabalha? _____
8. Qual sua profissão? _____
9. Procedência escolar? (☐) pública (☐) privada
10. Como foi seu processo de ensino e aprendizagem antes de ingressar na UFPB? _____

11. Existiram problemas na sua aprendizagem que prejudicaram sua formação acadêmica? (☐) sim (☐) não. Se sim, quais foram essas dificuldades? _____

12. E facilidades?

13. De que forma você ingressou na UFPB?

14. Você enfrentou alguma dificuldade para ingressar e para acompanhar o ensino superior? _____

15. Porque você escolheu o curso de Pedagogia?

16. Como você vê seu curso?

17. Que aprendizagem a UFPB está proporcionando na sua formação? E qual a importância dessa aprendizagem na sua vida? _____
